1. Contexto operacional

A Mangels Industrial S.A. (a seguir designada "Controladora", "Companhia", ou "Mangels"), é uma sociedade por ações domiciliada no Brasil, sendo suas ações negociadas na BM&F Bovespa. A sede social da Companhia está localizada à Rua Verbo Divino, 1488 – 6º andar – São Paulo – SP.

A Mangels Industrial S.A., tem por objetivo a produção de aço relaminado, peças de aço estampado, de recipientes de Gás Liquefeito de Petróleo (GLP) e tanques de ar combustível para ônibus e caminhões, prestação de requalificação de recipientes para GLP, separação e classificação de vasilhames vazios de GLP, produção e venda de rodas automotivas de alumínio.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011, a Companhia completou o "Plano de Reorganização das Sociedades Controladas" iniciado no primeiro trimestre de 2011, que consistiu na transferência das atividades operacionais das controladas Mangels Indústria e Comércio Ltda., Mangels Galvanização Ltda., Laminação Baukus Ltda., Maxitrade S.A., Recman Comercial e Administradora Ltda., e da Superfície Ltda. para a própria Mangels Industrial S.A. Este projeto teve como objetivos: (a) simplificar a estrutura societária das controladas da Companhia; (b) otimizar processos operacionais e administrativos; e (c) reduzir o número de sociedades controladas, com redução de despesas administrativas. Os saldos de resultados apresentados neste trimestre da Controladora não são comparáveis aos apresentados em 2011, pois a reestruturação ocorreu em fases, finalizando em Novembro/2011.

Em 28 de maio de 2012, a Mangels publicou Fato Relevante anunciando a aceitação da "Proposta Vinculante", apresentada pela Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica, para venda do negócio de Galvanização.

Referido negócio presta serviços de galvanização a fogo de peças e estruturas de aço para empresas de telefonia celular, construção civil, tubulação industrial, entre outros. Fabrica também defensas metálicas para rodovias e pisos industriais. No primeiro semestre de 2012 a divisão foi responsável por 4,5% do faturamento consolidado da Mangels.

Esta venda faz parte da estratégia da Empresa focar em seus principais negócios e tem como objetivo, também, a melhoria continua de seus resultados e o seu consequente fortalecimento financeiro. Maiores detalhes sobre a operação estão divulgados na Nota 25.

2. Base de preparação e apresentação das informações trimestrais

As Informações Trimestrais foram autorizadas para conclusão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 13 de Novembro de 2012.

2.1. Bases de elaboração

As informações contábeis intermediárias trimestrais individuais e consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas de maneira consistente com as práticas contábeis adotadas na elaboração das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011, que devem ser lidas em conjunto com estas Informações Trimestrais. Não houve mudanças nas práticas contábeis no terceiro trimestre de 2012.

As informações contábeis intermediárias trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto, quando aplicável, por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Para permitir melhor comparabilidade de saldos e em atendimento ao CPC 32, o imposto de renda diferido passivo, cujo saldo em 31 de dezembro de 2011 era de R\$16.613, foi reclassificado para o ativo, sendo apresentado de forma líquida na rubrica de imposto de renda diferido ativo.

2.2. Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias trimestrais da Companhia, contidas no formulário de informações trimestrais – ITR, referente ao trimestre e período de nove meses findos em 30 de setembro de 2012 compreendem:

- As informações contábeis intermediárias trimestrais consolidadas, preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo os pronunciamentos técnicos IAS 34 e CPC 21 – Demonstração Intermediária.
- As informações contábeis intermediárias individuais trimestrais da controladora, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, seguindo o pronunciamento técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações contábeis intermediárias trimestrais individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas e coligada pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária brasileira vigente. Desta forma, essas informações contábeis intermediárias trimestrais

individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas informações contábeis intermediárias trimestrais separadas da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo; entretanto, a equivalência patrimonial é determinada pela legislação societária brasileira.

2.3. Novos IFRS e Interpretações do IFRIC

Conforme mencionado na Nota 2.18 das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2011, novos pronunciamentos, alterações nos pronunciamentos existentes e novas interpretações foram publicados e são obrigatórios para os exercícios iniciados em 01 de janeiro de 2013 ou posteriores.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações relacionados às "IFRS" novas e revisadas apresentadas nesta nota explicativa. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia e suas controladas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações trimestrais consolidadas de 30 de setembro de 2012 e não tiveram a oportunidade de avaliar possível impacto da adoção dessas alterações.

Não foram emitidos novos pronunciamentos além daqueles divulgados nas demonstrações financeiras do exercício de 2011.

3. Principais julgamentos e estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Os principais julgamentos e estimativas contábeis, aplicados na elaboração das informações contábeis intermediárias trimestrais foram consistentes aos descritos na nota explicativa nº 3 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2011.

4. Informações contábeis consolidadas

Os critérios de consolidação utilizados na elaboração das informações contábeis intermediárias trimestrais foram aplicados de forma consistente com os critérios descritos na nota explicativa nº 2.1 às demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2011.

A consolidação abrange as informações contábeis da Companhia e das seguintes controladas diretas e indiretas:

		Paticipação	o no Capital Social - %	_
		30/09/2012	e 31/12/2011	•
	País-sede	Direta	Indireta	
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Brasil	99,99	-	
Mangels International Corporation	Ilhas Virgens Britânicas	100,00	-	
Mangels USA Corporation	EUA	-	100,00	
E. Koga & Cia Ltda EPP	Brasil	100,00	-	

5. Instrumentos financeiros

a) Análise dos instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas efetuaram avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento profissional e adoção de estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como conseqüência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias, pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são apresentados em atendimento à Deliberação CVM no. 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPCs 38 (IAS 39), 39 (IAS 32) e 40 (IFRS 7), e à Instrução CVM 475 de 17 de dezembro de 2008.

A Companhia opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, transações com partes relacionadas, debêntures e empréstimos e financiamentos, incluindo empréstimo para aquisição de ativo imobilizado. Adicionalmente a Companhia e suas controladas realizam operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos para proteger os seus ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

Considerando a natureza dos instrumentos, excluindo-se os instrumentos financeiros derivativos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

b) Mensuração a valor justo

A Companhia apresenta a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros apresentados nas informações trimestrais:

	Consolidado			
	Valor c	ontábil	Valor	justo
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros				
Caixa e equivalentes de caixa	167.353	148.808	167.353	148.808
Títulos e valores mobiliários	48.465	60.990	48.465	60.990
Contas a receber de clientes	69.001	99.114	69.001	99.114
Tributos a recuperar	38.025	41.722	38.025	41.722
Total:	322.844	350.634	322.844	350.634
Passivos financeiros				
Fornecedores	82.261	91.706	82.261	91.706
Empréstimos e financiamentos *	479.711	429.411	487.876	438.664
Debêntures *	-	54.321	-	55.249
Tributos a recolher	11.493	10.558	11.493	10.558
Total:	573.465	585.996	581.630	596.177

^{*} As diferenças entre o valor contábil e o valor justo incluem os custos incorridos na captação que serão amortizados pelo período da contratação destes empréstimos.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, tributos a recuperar, outros ativos financeiros, fornecedores e outras obrigações: aproximam-se de seus valores de realização em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- Títulos e valores mobiliários: tem o valor de mercado mensurado através de cotações de preço na data das informações trimestrais e demonstrações financeiras.

- *Empréstimos e Financiamentos*: tem o valor de mercado mensurado com base no fluxo de caixa esperado, descontado a valor presente.
- Derivativos: são avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado. Referem-se, principalmente, a swaps de taxas de juros e contratos cambiais. As técnicas de avaliação aplicadas com maior freqüência incluem modelos de precificação de contratos de swaps, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio e curvas de taxas de juros.

A tabela a seguir apresenta o nível de apuração do valor justo dos instrumentos financeiros. Estes instrumentos financeiros estão agrupados em níveis de 1 a 3 com base no grau em que seu valor justo é estimado, sendo:

Nivel 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos:

Nivel 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis direta ou indiretamente; e

Nivel 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

_			С	onsolidado
	30/09/2012	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos avaliados a valor justo				_
Caixa e equivalentes de caixa	167.353	X	-	-
Títulos e valores mobiliários	48.465	Χ	-	-
Passivos avaliados a valor justo				
Empréstimos e financiamentos	487.876	-	Χ	-

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do hedge das contrapartes.

A política de gerenciamento de risco da Companhia foi aprovada pelo Conselho de

Administração e prevê a existência de um Comitê de Gerenciamento de Risco. Nos termos dessa política, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Comitê de Gerenciamento de Risco auxilia a Diretoria Financeira a examinar e revisar informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco. Este Comitê é formado por membros da própria administração e também por profissionais externos.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, e proíbem negociações especulativas e vendas a descoberto.

(i) Risco de crédito: A política de vendas da Companhia considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A diversificação de sua carteira de recebíveis, a seletividade de seus clientes, assim como o acompanhamento dos prazos de financiamento de vendas por segmento de negócios e limites individuais de posição são procedimentos adotados a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência de suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha e não ter mais que 20% desses investimentos concentrados em um único grupo econômico.

(ii) Risco de liquidez. É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

(iii) Riscos de mercado:

- Risco com taxa de juros: O risco associado é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de novas operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.
- Risco com taxa de câmbio: A flutuação da taxa de câmbio do real frente ao dólar exerce influência sobre o resultado econômico da Companhia devido ao descasamento entre vendas realizadas, predominantemente, em reais e

a variação cambial decorrente das obrigações em moeda estrangeira decorrentes da aquisição de insumos e equipamentos e também de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira.

Desta forma, a política de gestão de riscos e caixa da Companhia prevê a utilização de instrumentos financeiros derivativos com a finalidade de minimizar essa exposição cambial, considerando um horizonte de 12 meses.

A utilização de instrumentos financeiros mitiga a exposição cambial e obedecem as seguintes regras:

- Todos instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais do mercado brasileiro;
- Os instrumentos financeiros devem ter alta correlação com o ativo a ser protegido.

A Companhia entende também, que por meio da contratação de dívidas em moeda estrangeira está exposta à flutuação das taxas de juros internacionais, sendo que a alta das taxas de juros flutuantes causa um aumento das despesas futuras. Portanto, a Companhia persegue a proteção da exposição a taxas de juros flutuantes também por meio da contratação de instrumentos financeiros derivativos. A utilização de instrumentos financeiros para mitigar a exposição a taxas de juros flutuantes considera que todos os instrumentos devem ser líquidos, permitindo ajustes de posição, ter preços amplamente divulgados e cumprir com as exigências legais dos mercados internacionais. A contratação dos instrumentos deve ser feita apenas com os bancos com *rating* superior a AA-.

Em 30 de setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, a Companhia possuía direitos e obrigações em moeda estrangeira, conforme tabela a seguir:

	Regime de Competencia				
	Milhares de dólares norte-americanos		Milhares	de reais	
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011	
Direitos					
Caixa e equivalentes de caixa	1.149	31.719	2.334	52.804	
Clientes	2.557	2.140	5.192	4.015	
Hedge Cambial - Dólar Futuro (i)	12.000	41.500	24.367	77.846	
	15.706	75.359	31.893	134.665	
Obrigações					
Empréstimos e financiamentos (ii)	120.500	168.075	244.687	315.275	
Fornecedores	151	677	307	1.269	
Exposição líquida	(104.945)	(93.393)	(213.101)	(181.879)	

Pagima da Compatância

- (i) Refere-se ao valor nominal da compra de dólar futuro, operação esta contemplada no Fundo de Investimento Exclusivo conforme demonstrado nas Notas Explicativas 6 e 7.
- (ii) Estão incluídas nos empréstimos e financiamentos, operações de prépagamento de exportação, e nota de crédito de exportação (NCE) no valor total de R\$ 139.222 (R\$166.027 em 31 de dezembro de 2011) - Nota Explicativa 14, os quais serão quitados pelas futuras exportações de produtos da Companhia, não representando, portanto, futuros desembolsos de caixa.

d) Derivativos

A Companhia contrata instrumentos financeiros derivativos junto a diversas instituições financeiras com classificação de crédito de grau de investimento e com a Bolsa de Mercadorias e Futuros – BM&F BOVESPA. As operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos visam proteger os ativos e passivos ou exposição líquida em dólares norte-americanos dos efeitos de variações cambiais e dos riscos de flutuação nas taxas de juros.

As perdas e os ganhos com as operações de derivativos são reconhecidos mensalmente no resultado, considerando-se o valor justo (mercado) desses instrumentos. A provisão para as perdas não realizadas é reconhecida na conta "Financiamentos" no passivo circulante (balanço patrimonial), e a contrapartida no resultado é na rubrica "Despesas financeiras".

 Contratos de swap: São contratados com o objetivo principal de trocar o indexador de dívidas em moeda dólar para o real ou de real para dólar, dependendo da operação. Dólar futuro: Instrumento utilizado para proteção hedge das obrigações expostas em dólar norte-americano, incluindo as dívidas dos próximos 12 meses.

A Companhia divulga a seguir a sua posição em 30 de Setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011:

		30/09/2012	31/12/2011
Valor Justo		Passivos	5
Swaps	(1)	8.552	3.886
Compra de dólar futuro - (Nota Explicativa 7)	(2)	466	3.948

- (1) Os contratos de swaps são completamente atrelados aos contratos de Capital de Giro, com direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e com a intenção de compensação, e de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. Com isso, eles são apresentados nas informações intermediárias líquidos do saldo de Capital de Giro.
- (2) O valor nominal da compra de dólar futuro é de USD 12.000 em 30 de Setembro de 2012 (USD 41.500 em 31 de dezembro de 2011).

No período findo em 30 de setembro de 2012, a Companhia reconheceu na rubrica de "Receitas financeiras" um ganho de R\$ 931 relacionados aos contratos de hedge cambial (R\$ 5.161 de ganho em 30 de Setembro de 2011).

As operações de derivativos da Companhia na BM&F BOVESPA requerem margem inicial em garantia. A Companhia possuía, em 30 de Setembro de 2012, depósitos de margem de R\$ 5.991 relacionados a Títulos Públicos - LTN (R\$ 47.855 em 31 de dezembro de 2011, relacionados a Títulos Públicos).

A Companhia opera derivativos de taxa de câmbio na BM&F Bovespa, considerada como risco de contraparte aceito.

e) Análise de sensibilidade

A Deliberação CVM no. 550 de 17 de outubro de 2008 dispõe que as companhias abertas devem divulgar em nota explicativa específica, informações qualitativas e quantitativas sobre todos os seus instrumentos financeiros, reconhecidos ou não como ativos ou passivos em seu balanço patrimonial.

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação do CDI (para caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores e mobiliários e empréstimos captados em moeda nacional); libor (para empréstimos captados no exterior) e dólar (clientes no mercado externo, fornecedores estrangeiros e empréstimos em moeda estrangeira).

Apresentamos, a seguir, quadro demonstrativo de análise de sensibilidade dos

instrumentos financeiros, incluindo os derivativos, que descreve os riscos que podem gerar prejuízos significativos para a Companhia, com cenário mais provável (cenário I) segundo avaliação efetuada pela administração. Os cenários são demonstrados, nos termos determinados pela CVM, por meio da Instrução nº 475/08, a fim de apresentar 25% e 50% de deterioração na variável de risco considerada, respectivamente (cenários II e III).

A Companhia utilizou taxas de juros e dólar futuros projetados, obtidos junto ao Banco Central do Brasil na data do vencimento dos contratos. Dessa forma, as taxas praticadas para desenvolvimento do cenário I, foram às seguintes: Libor Semestral 0,63590% a.a., Dólar R\$2,0306 e CDI 7,36% a.a.

Consolidado

PASSIVOS	Riscos	Cenário I	Cenário II	Variação Cenário III
Dívida em US\$	aumento da Libor	228.267	228.628	228.988
Dívida em US\$	aumento do US\$	244.687	305.859	367.031
Dívida em moeda nacional	aumento do CDI	167.924	170.802	173.680
ATIVOS				
Caixa e equivalentes de caixa	queda do CDI	152.797	150.178	147.560
Títulos e valores mobiliários	queda do CDI	42.008	41.288	40.568
Caixa e equivalentes de caixa	queda do US\$	39.898	29.924	19.949
Clientes	queda do US\$	5.192	3.894	2.596
Compra de US\$ futuro	queda do US\$	24.367	18.275	12.184

.

6. Caixa e equivalentes de caixa

				Controladora		Consolidado
	Remuneraç	ão média - %	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,60%	CDI	19.604	18.707	30.373	21.928
Letra de Arrendamento Mercantil - LAM	101,00%	CDI	-	-	2.040	-
Operações compromissadas	100,00%	CDI	6.771	32.925	9.025	42.933
Fundo exclusivo de investimento						
multimercado crédito privado						
(composição da carteira)						
CDB	100,60%	CDI	25.192	22.443	25.192	22.443
Fundo Investimento Renda Fixa		CDI	9.103	-	9.103	-
Operações compromissadas	100,00%	CDI	39.500	4.902	39.500	4.902
Outros	0,00%	CDI	-	303	-	303
Disponibilidade em conta-corrente			8.606	3.222	12.222	3.495
			108.776	82.502	127.455	96.004
Em moeda estrangeira						
Time Deposit	0.35%	CDI	16.542	26.827	37.564	41.075
Disponibilidade em conta corrente	2,2270		1.792	4.892	2.334	11.729
4			18.334	31.719	39.898	52.804
Total			127.110	114.221	167.353	148.808
10141			127.110	114.221	107.333	170.000

7. Títulos e valores mobiliários

				Controladora		Consolidado
	Remune	eração média - %	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Em moeda nacional						
Certificado de Depósito Bancário - CDB	100,02%	CDI	16.873	-	16.873	1.341
Compromissadas	100,30%	CDI	22.788	-	22.788	-
Fundo exclusivo de investimento multimercado crédito privado (composição da carteira)						
Debêntures	0,25%	CDI	1.984	1.946	1.984	1.946
Titulos Públicos - LTN	100,00%	SELIC e pré fixada	5.991	47.855	5.991	47.855
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	106,00%	CDI	363	-	363	-
BM&F		variável	466	3.948	466	3.948
Fundo Investimento Renda Fixa		variável	-	5.900	-	5.900
Total			48.465	59.649	48.465	60.990

8. Contas a receber de clientes

		Controladora		Consolidado
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
No Brasil	68.009	95.126	71.164	101.311
No Exterior	5.192	4.015	5.192	4.015
	73.201	99.141	76.356	105.326
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(7.306)	(6.169)	(7.355)	(6.212)
	65.895	92.972	69.001	99.114

A seguir apresentamos os montantes a receber por idade de vencimento em 30 de Setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011.

		Controladora		Consolidado
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
A vencer	54.946	72.996	57.297	77.383
Títulos vencidos				
de 1 a 30 dias	6.197	14.304	6.229	15.130
de 31 a 60 dias	2.124	3.719	2.409	3.806
de 61 a 90 dias	1.076	921	1.222	1.061
de 91 a 180 dias	1.736	1.367	1.898	1.908
de 181 a 360 dias	1.532	1.188	1.687	1.455
mais de 360	5.590	4.646	5.614	4.583
	18.255	26.145	19.059	27.943
Total:	73.201	99.141	76.356	105.326

As movimentações da provisão para créditos de liquidação duvidosa estão a seguir demonstradas:

	<u>Controladora</u>	Consolidado_
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	(6.169)	(6.212)
Complemento de Provisão	(3.656)	(3.705)
Valores estornados e não utilizados	2.519	2.562
Saldo em 30 de Setembro de 2012	(7.306)	(7.355)

9. Estoques

		Controladora		Consolidado
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Produtos acabados	15.462	21.307	18.607	24.826
Produtos em processo	10.906	12.980	11.185	13.359
Matérias-primas	18.717	28.412	25.501	33.191
Materiais auxiliares	21.966	13.267	23.002	15.853
Provisão para perdas no estoque	(3.300)	(2.104)	(3.300)	(1.887)
	63.751	73.862	74.995	85.342

As movimentações da provisão para perdas nos estoques estão a seguir demonstradas:

Saldo em 31 de Dezembro de 2011	Controladora (2.104)	Consolidado (1.887)
Complemento de provisão	(2.405)	(2.573)
Valores utilizados	14	14
Valores estornados e não utilizados	2.963	2.837
Saldo em 31 de Março de 2012	(1.532)	(1.609)
Complemento de provisão	(2.322)	(2.322)
Valores utilizados	325	325
Valores estornados e não utilizados	851	928
Saldo em 30 de Junho de 2012	(2.678)	(2.678)
Complemento de provisão	(1.845)	(1.845)
Valores utilizados	71	71
Valores estornados e não utilizados	1.152	1.152
Saldo em 30 de Setembro de 2012	(3.300)	(3.300)

10. Tributos a recuperar

		Controladora		Consolidado
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (i)	10.592	11.061	11.135	11.605
Crédito presumido de IPI	-	380	-	380
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	4.439	4.692	5.059	4.744
Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI	6.352	4.530	6.352	4.530
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.531	-	2.843	180
Contribuição Social sobre Lucro Líquido - CSLL	811	375	1.312	396
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS (ii)	3.393	1.669	3.479	1.755
Programa de Integração Social - PIS (ii)	1.652	1.895	1.671	1.913
PIS e COFINS sobre imobilizado (ii)	877	3.745	1.469	4.337
PIS e COFINS sobre insumos - CPV (iii)	4.533	10.787	4.533	10.787
Outros	159	1.086	172	1.095
	35.339	40.220	38.025	41.722
Circulante	27.366	33.186	30.052	34.688
Não circulante	7.973	7.034	7.973	7.034

- (i) O saldo a recuperar de ICMS é decorrente, basicamente, dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem regime de diferimento na venda e de aquisição de imobilizado, calculados conforme Decisão Normativa CAT Nº 1º de 25 de abril de 2001, os quais estão sendo aproveitados em 48 parcelas.
- (ii) O saldo a recuperar de PIS e COFINS é decorrente dos créditos sobre compra de insumos, utilizados na fabricação de produtos que tem como regime de tributação o cálculo não cumulativo e de aquisição de ativo imobilizado, calculados conforme Lei 10.637/2002 os quais estão sendo aproveitados em 12 parcelas.
- (iii) A Companhia identificou créditos de PIS e COFINS sobre insumos contabilizados extemporaneamente em dezembro de 2011 em contrapartida a rubrica de Custo dos Produtos Vendidos, referente a créditos não tomados no período de setembro de 2006 a dezembro de 2011, no montante de R\$10.787 milhões.

11. Investimentos

11.1. Investimentos em Controladas

				30/09/2012
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda EPP	Total
Ativo Circulante	35.344	22.477	1.553	
Ativo Não Circulante	13.471	-	1.269	
Ativo	48.815	22.477	2.823	74.115
Passivo Circulante	5.956	41	1.017	
Passivo Não Circulante	9.909	-	-	
Passivo	15.865	41	1.017	16.923
Patrimonio Liquido	32.950	22.436	1.806	57.192
Resultado Liquido do período findo em 30/09/2012	8.084	(946)	410	7.548

				31/12/2011
	Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	Mangels International Corporation	E. Koga & Cia Ltda EPP	Total
Ativo Circulante	35.158	21.536	1.267	
Ativo Não Circulante	14.418	-	1.297	
Ativo	49.576	21.536	2.564	73.676
Passivo Circulante	13.585	16	1.168	
Passivo Não Circulante	11.126	-	-	
Passivo	24.711	16	1.168	25.895
Patrimonio Liquido	24.866	21.520	1.396	47.782
Resultado Liquido do período findo em 30/09/2011	11.475	352	268	12.095

11.2. Informações sobre os investimentos

Saldos patrimoniais e transações no período de nove meses findo em 30/09/2012.

					30/09/2012	
	Ações ou quotas possuídas	Participação d no capital - %	a empresa	Patrimônio	Lucro líquido	
	lote de mil	Direta	Indireta	líquido	(prejuízo)	
Em 30 de setembro de 2012	'					
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	-	32.950	8.084	
Mangels International Corporation	20	100,00	-	22.436	(946)	
E.Koga e Cia Ltda EPP	12	100.00	-	1.806	410	

Saldos patrimoniais no exercício findo em 31/12/2011 e transações no período de nove meses findo em 30/09/2011.

					31/12/2011
	Ações ou quotas possuídas	Participação d no capital - %	a empresa	Patrimônio	Lucro líquido
	lote de mil	Direta	Indireta	líquido	(prejuízo)
Em 31 de dezembro de 2011					
Mangels Componentes da Amazonia Ltda.	8.274	99,99	-	24.866	11.475
Mangels International Corporation	20	100,00	-	21.520	352
E.Koga e Cia Ltda EPP	12	100,00	-	1.396	268

11.3. Movimentação dos investimentos

				Controladora
	Mangels Componentes da Amzonia Ltda.	E.Koga Ltda.	Mangels International Corporation	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	24.865	1.396	21.520	47.782
Equivalência patrimonial Variação cambial sobre investimentos	3.983	64 -	(22) (618)	4.025 (618)
Saldo em 31 de março de 2012	28.848	1.460	20.880	51.189
Equivalência patrimonial Variação cambial sobre investimentos	1.794 -	41 -	55 2.333	1.890 2.333
Saldo em 30 de junho de 2012	30.642	1.501	23.268	55.412
Equivalência patrimonial Variação cambial sobre investimentos	2.308	305 -	(941) 108	1.672 108
Saldo em 30 de setembro de 2012	32.950	1.806	22.435	57.192

12. Imobilizado

12.1. Movimentação do imobilizado

Controladora	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	21.905	39.658	190.190	1.663	2.432	118	53.155	309.121
Aquisição Baixas Transferência de andamento para imobilizado Depreciação		2.828 (347)	(177) 3.546 (5.220)	114 (73) (130)	17 (187)		4.304 (6.391)	4.418 (250) - (5.884)
Saldos em 31 de março de 2012	21.905	42.139	188.339	1.574	2.262	118	51.068	307.405
Custo total Depreciação acumulada	21.905	70.719 (28.580)	397.650 (209.311)	2.927 (1.353)	15.950 (13.688)	118	51.068	560.337 (252.932)
Valor residual	21.905	42.139	188.339	1.574	2.262	118	51.068	307.405
Aquisição Baixas Transferência de andamento para imobilizado Depreciação Baixas Depreciações	-	8.180 (443)	78 (5.839) 14.372 (5.309) 5.678	100 - (129)	(1.061) 30 (183) 1.036	:	2.858 (391) (22.581)	3.036 (7.291) (0) (6.064) 6.714
Saldos em 30 de junho de 2012	21.905	49.876	197.319	1.545	2.084	118	30.954	303.801
Custo total Depreciação acumulada	21.905	78.899 (29.023)	406.261 (208.942)	3.027 (1.482)	14.919 (12.835)	118	30.954	556.083 (252.282)
Valor residual	21.905	49.876	197.319	1.545	2.084	118	30.954	303.801
Aquisição Baixas Transferência de andamento para imobilizado Depreciação Baixa Custo Venda Unidade de Galvanização Baixa Depreciações Venda Unidade de Galvanização	- - - -	298 (456) (3.464) 698	(633) 4.774 (5.273) (4.944) 2.315	(114) 282 (134) (61) 38	(1) 598 (170) (558) 380	- - - - -	4.217 (715) (5.952) - -	4.217 (1.463) - (6.033) (9.027) 3.431
Saldos em 30 de setembro de 2012	21.905	46.952	193.558	1.556	2.333	118	28.504	294.926
Custo total Depreciação acumulada	21.905	75.733 (28.781)	405.458 (211.900)	3.134 (1.578)	14.958 (12.625)	118 -	28.504	549.810 (254.884)
Valor residual	21.905	46.952	193.558	1.556	2.333	118	28.504	294.926
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

Consolidado	Terrenos	Edificações e benfeitorias	Equipamentos e instalações	Veículos	Movéis e utensílios	Outros	Obras em andamento	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2011	21.920	46.208	196.990	1.734	2.558	118	53.530	323.058
Aquisição Baixas			(177)	114 (72)			4.305	4.419 (249)
Transferência de andamento para imobilizado Depreciação		3.051 (404)	3.546 (5.440)	(134)	17 (192)		(6.614)	(6.170)
Saldos em 31 de março de 2012	21.920	48.855	194.919	1.642	2.383	118	51.221	321.058
Custo total	21.920	78.262	407.260	3.019	16.129	118	51.221	577.929
Depreciação acumulada		(29.407)	(212.341)	(1.377)	(13.746)			(256.871)
Valor residual	21.920	48.855	194.919	1.642	2.383	118	51.221	321.058
Aquisição			78	100			2.869	3.047
Baixas	-	-	(5.839)	-	(1.061)	-	(391)	(7.291)
Transferência de andamento para imobilizado	-	8.180	14.420	-	32	-	(22.632)	(0)
Depreciação	-	(503)	(5.529)	(133)	(189)	-	-	(6.354)
Baixas Depreciações			5.678		1.036			6.714
Saldos em 30 de junho de 2012	21.920	56.532	203.727	1.609	2.201	118	31.067	317.174
Custo total	21.920	86.442	415.919	3.119	15.100	118	31.067	573.685
Depreciação acumulada		(29.910)	(212.192)	(1.510)	(12.899)			(256.511)
Valor residual	21.920	56.532	203.727	1.609	2.201	118	31.067	317.174
Aquisição	-	-	2	-	-	-	4.224	4.226
Baixas	-		(633)	(114)	(1)	-	(715)	(1.463)
Transferência de andamento para imobilizado	-	298	4.774	282	598	-	(5.952)	
Depreciação	-	(516)	(5.496)	(139)	(175)	-	-	(6.326)
Baixa Custo Venda Unidade de Galvanização	-	(3.464)	(4.944)	(61)	(558)	-	-	(9.027)
Baixa Depreciações Venda Unidade de Galvanização		698	2.315	38	380			3.431
Saldos em 30 de setembro de 2012	21.920	53.548	199.745	1.615	2.445	118	28.624	308.015
Custo total	21.920	83.276	415.118	3.226	15.139	118	28.624	567.421
Depreciação acumulada		(29.728)	(215.373)	(1.611)	(12.694)			(259.406)
Valor residual	21.920	53.548	199.745	1.615	2.445	118	28.624	308.015
Taxa anual média de depreciação %		2	6,3	20	11			

O saldo do ativo imobilizado inclui reavaliações de terrenos, edifícios e equipamentos e instalações, sendo a última efetuada em 30 de setembro de 2007. Em 30 de Setembro 2012, o saldo líquido dos bens reavaliados é de R\$ 47.414 (R\$48.090 em 31 de dezembro de 2011), sendo nessa data o valor das depreciações acumuladas de R\$ 31.540 (R\$ 30.837 em 31 de dezembro de 2011).

Conforme disposição da Deliberação CVM nº 183/95, a parcela realizada da reserva de reavaliação líquida de imposto de renda e de contribuição social, foi transferida para "Prejuízos acumulados" e totalizou, no período de nove meses findo em 30 de Setembro de 2012, R\$ 886 (R\$ 973 em 30 de Setembro 2011).

13. Intangível

Consolidado	Software	Desenvolvimento de Sistemas	Outras	Ágio com expectativa de rentabilidade futura (Goodwill)	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	464	2.661	121	13.598	16.844
Aquisição	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Amortização	(31)	(291)	(8)	-	(330)
Saldo em 31 de Março de 2012	433	2.370	113	13.598	16.514
Custo Total	634	9.199	158	13.598	23.589
Amortização	(201)	(6.829)	(45)		(7.075)
Valor residual	433	2.370	113	13.598	16.514
Aquisição	_	18	_	_	18
Baixas	_	-	_	-	-
Transferência	_	_	_	-	-
Amortização	(32)	(291)	(8)	-	(331)
Saldo em 30 de Junho de 2012	401	2.097	105	13.598	16.201
Custo Total	634	9.217	158	13.598	23.607
Amortização _	(233)	(7.120)	(53)		(7.406)
Valor residual	401	2.097	105	13.598	16.201
Aquisição	2	507	-	-	509
Baixas	-	-	-	-	-
Transferência	-	-	-	-	-
Amortização	(32)	(301)	(8)	-	(341)
Saldo em 30 de Setembro de 2012	371	2.303	97	13.598	16.369
Custo Total	636	9.724	158	13.598	24.116
Amortização	(265)	(7.421)	(61)		(7.747)
Valor residual	371	2.303	97	13.598	16.369

14. Empréstimos e financiamentos

			Controladora		Consolidado
	Taxa média anual de juros - % a.a.	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Moeda Nacional					
BNDES / Máquinas	4,55% a.a.	55.898	77.346	55.898	77.346
Capital de Giro (CEF / NCE BB/ ITAÚ)	126% do CDI	167.398	21.542	167.398	23.509
Capital de Giro (BASA)	10% a.a.	-	-	11.202	12.162
Arrendamento Mercantil	CDI + 0,28% a.m.	526	1.119	526	1.119
		223.822	100.007	235.024	114.136
Moeda Estrangeira					
Pré-pagamento exportação/ NCE	Libor + 4,74% a.a.	139.222	166.027	139.222	166.027
Capital de giro / Finimp	3,71% a.a.	15.930	56.314	16.420	59.157
DEG/FMO	Libor + 4,66% a.a.	89.045	90.091	89.045	90.091
		244.197	312.432	244.687	315.275
		468.019	412.439	479.711	429.411
Circulante		140.446	136.726	142.418	142.572
Não Circulante		327.573	275.713	337.293	286.838

Os financiamentos obtidos do BNDES, para aquisição de ativo imobilizado, estão garantidos por itens do ativo imobilizado, cujo valor total é de R\$ 7,1 milhões. Os prépagamentos de exportações estão garantidos pelas exportações futuras. Os contratos de capital de giro representam linhas de créditos rotativos.

Como obrigações contratuais dos empréstimos contratados junto ao DEG/FMO, ao BTG Pactual e ao Banco do Brasil, a Companhia deve atender trimestralmente (para os contratos do DEG/FMO e BTG Pactual) e anualmente (para o contrato junto ao Banco do Brasil), determinados indicadores financeiros (*covenants*), medidos com base nas informações intermediárias e demonstrações financeiras anuais, respectivamente, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Projeções preliminares a 30 de setembro de 2012 indicavam que a Companhia não atenderia a essas obrigações contratuais, o que facultaria aos credores o direito de pleitear o vencimento antecipado das dívidas. No entanto, a Companhia solicitou as instituições financeiras a eliminação dos indicadores financeiros para este trimestre e os credores concordaram, por meio de cartas formais datadas de 30 de Setembro de 2012.

As parcelas de longo prazo vencem conforme demonstrado abaixo:

		Controladora		Consolidado
Ano	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
0				
Out/'2013	15.245	113.206	15.535	114.853
2014	123.449	69.627	124.666	70.850
2015	104.580	57.792	105.797	59.015
2016	78.356	32.083	79.573	33.306
2017	3.759	819	4.976	2.042
2018	849	850	2.066	2.073
2019	882	882	2.098	2.105
2020	453	454	1.670	1.677
2021	-	-	912	918
	327.573	275.713	337.293	286.839

15. Debêntures

Controladora/ Cons	solidado
--------------------	----------

			31/12/2011
		Custos de	_
	Principal	Transação	Total
Principal	54.445	(928)	53.517
Juros	804	-	804
	55.249	(928)	54.321
Circulante	16.360	(278)	16.082
Não Circulante	38.889	(650)	38.239

Em 7 de maio de 2010, o Conselho de Administração, aprovou a 3ª emissão pública, pela Companhia, de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no montante de R\$ 70.000, com as seguintes condições: (i) Data de Emissão: 18 de maio de 2010; (ii) Valor Nominal Unitário: R\$ 1.000; (iii) Quantidade de Debêntures e Número de Séries: 70 (setenta) Debêntures, em série única. ; (iv) Colocação e Negociação: as Debêntures foram objeto de distribuição pública, com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, com garantia firme de subscrição para o volume de R\$ 70.000; (v) Prazo e Data de Vencimento: 5 (cinco) anos a partir da Data de Emissão; (vi) Remuneração: sobre o valor nominal unitário incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 118,00% (cento e dezoito por cento) da taxa média diária dos depósitos interfinanceiros de um dia denominada "Taxa DI over extra-grupo", a serem pagos semestralmente; (vii) Amortização: o valor nominal unitário das Debêntures

será amortizado em 9 (nove) parcelas semestrais e consecutivas, a partir de 18 de maio de 2011; e (viii) Garantia: as Debêntures contarão com a garantia da cessão sob condição suspensiva de direitos creditórios da Mangels Indústria e Comércio Ltda., até o limite de 55% (cinqüenta e cinco por cento) do saldo devedor das Debêntures.

A Companhia em 28 de maio de 2012 optou pela liquidação antecipada da dívida de Debêntures, que na data da liquidação totalizava R\$ 54.444 milhões.

16. Provisão para riscos e discussões judiciais

A Companhia é parte integrante em processos trabalhistas e tributários e outros em andamento e está discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. A provisão para as eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela administração, amparada pela opinião de seus consultores legais.

Abaixo demonstramos os saldos das provisões para riscos e discussões judiciais e dos respectivos depósitos em garantia de recursos:

				Controladora
	Depósitos judiciais		Provisão para risc	os e discussões
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Tributárias	2.543	2.543	_	-
Trabalhistas e previdenciárias	4.055	3.299	2.558	1.252
Outras	1.431	1.488	2.566	2.566
	8.029	7.330	5.124	3.818

				oonsonaaa
	De	epósitos judiciais	Provisão para ris	scos e discussões
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Tributárias	2.543	2.543	-	-
Trabalhistas e previdenciárias	4.065	3.715	2.747	1.252
Outras	1.620	1.111	2.566	2.566
	8.228	7.369	5.313	3.818

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

			Controladora
	Trabalhistas e previdenciárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.252	2.566	3.818
Adições	186	-	186
Baixas	(160)	-	(160)
Saldo em 31 de Março de 2012	1.278	2.566	3.844
Adições	443	-	443
Baixas	(41)	-	(41)
Saldo em 30 de Junho de 2012	1.680	2.566	4.246
Adições	925	-	925
Baixas	(47)	-	(47)
Saldo em 30 de Setembro de 2012	2.558	2.566	5.124

			Consolidado
	Trabalhistas e previdenciárias	Outras	Total
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	1.252	2.566	3.818
Adições	216	-	216
Baixas	(160)	-	(160)
Saldo em 31 de Março de 2012	1.308	2.566	3.874
Adições	602	-	602
Baixas	(41)	-	(41)
Saldo em 30 de Junho de 2012	1.869	2.566	4.435
Adições	925	-	925
Baixas	(47)	-	(47)
Saldo em 30 de Setembro de 2012	2.747	2.566	5.313

<u>Riscos classificados como prováveis</u> – estão devidamente provisionadas na rubrica Provisão para riscos e discussões judiciais e representadas conforme abaixo descrito:

- Trabalhistas e previdenciárias: são representados por ações trabalhistas que buscam a recuperação de pretensos direitos trabalhistas, tais como: horas extras, equiparação salarial e outros;
- Outras: representados por Empréstimo Compulsório Eletrobrás.

<u>Riscos classificados como possíveis</u> - não têm provisões reconhecidas contabilmente e estão representadas por processos administrativos ou demandas judiciais conforme descrito abaixo:

(a)Tributárias

- i) <u>COFINS</u> compensação de PIS calculados na forma dos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2449 de 1988 (PIS Semestralidade) com COFINS refere-se a valores considerados como compensações indevidas e inscritos na dívida ativa da União em janeiro de 2008, no montante de R\$6,6 milhões, atualizado até 30 de Setembro de 2012.
- ii) <u>PIS E COFINS</u> compensações do crédito presumido de IPI referente ao 1º e ao 3º trimestre de 2000 com débitos de PIS e COFINS não homologados pela fiscalização federal, efetuadas no exercício de 2003, no valor de R\$ 3,7 milhões, atualizado até 30 de Setembro de 2012.
- iii) <u>ICMS</u> refere-se a auto de infração lavrado pela Secretaria da Fazenda em 19 de maio de 2010 sob o argumento de tributação a menor de material aplicado na industrialização sob encomenda e de créditos extemporâneos indevidos, no montante de R\$ 7,2 milhões, atualizado até 30 de Setembro de 2012.
- iv) <u>CPMF</u> compensações de créditos acumulados de IPI no período de 2002 a 2005 com débitos de CPMF. Referem-se a créditos reconhecidos parcialmente pelo Fisco, o qual entendeu que os mesmos seriam insuficientes uma vez que também incluiu aos débitos da CPMF multa de mora. O montante corresponde a R\$ 3,3 milhões, atualizado até 30 de Setembro de 2012.
- v) <u>CSLL/IRPJ</u> e outros Compensações de crédito de PIS/COFINS sobre exportação referente o 1º e 2º trimestres de 2004 com débitos da CSLL/IRPJ e outros, não homologadas pela fiscalização federal por contemplar vendas para a Zona Franca de Manaus. O montante é de R\$ 4,1 milhões, atualizado até 30 de Setembro de 2012.

(b) Previdenciárias

- i) <u>INSS e SAT sobre folha de pagamento e multas</u> Em Novembro de 2007 foi lavrada notificação fiscal de lançamento de débito NFLD pelo INSS, em razão de recolhimentos a menor de contribuições previdenciárias (INSS, SAT e terceiros) no período de 2002 a 2006. O montante envolvido é de R\$ 3,5 milhões, atualizado até 30 de Setembro de 2012.
- ii) <u>INSS e Salário Educação</u> Compensações de Salário Educação com débitos de INSS e Salário Educação no período de Janeiro de 1999 a Fevereiro de 2002, mediante acórdão favorável transitado em julgado, o qual foi rescindido por decisão proferida em Ação Rescisória. A companhia apresentou recurso. O montante envolvido é de R\$ 4,2 milhões, atualizado até 30 de Setembro de 2012.

(c) Cíveis

A Companhia é parte em quatro ações cíveis, entre as quais três no âmbito da justiça cível e uma na justiça federal, movidas por prestadores de serviços e INSS, referente a pedidos de indenização, perfazendo o montante de R\$ 2,8 milhões, atualizado até 30 de Setembro de 2012.

(d) Legislação vigente

De acordo com a legislação em vigor no Brasil, os impostos federais, estaduais e municipais e os encargos sociais estão sujeitos a exame pelas respectivas autoridades por períodos que variam de 5 a 30 anos. As legislações nos demais países em que as controladas da Companhia operam possuem prazos prescricionais diferenciados.

17. Informações sobre partes relacionadas

a) <u>Transações e saldos</u>

Saldos patrimoniais em 30/09/2012 e 31/12/2011, e transações nos períodos de nove meses, findos em 30/09/2012 e 30/09/2011:

			30/09/2012
	Ativo	Passivo	
Com empresas consolidadas	Circulante	Circulante	Receitas
Mangels Componentes da Amazônia Ltda.	959 (1)	-	11.052 (1)
	Não Circulante	Não Circulante	
E.Koga Ltda.	-	1.000 (2)	-
CONTROLADORA	959	1.000	11.052
			31/12/2011
Com empresas consolidadas	Ativo Circulante	Passivo Circulante	Receitas
Mangels Componentes da Amazônia Ltda. E.Koga Ltda.	926 (1)	636 (1) 1.000 (2)	15.407 (1) -
CONTROLADORA	926	1.636	15.407

Todas as transações acima estão em condições pactuadas entre as partes.

⁽¹⁾ Refere-se principalmente a operação comercial de venda de aço da Mangels Industrial S/A para Mangels Componentes da Amazônia.

⁽²⁾ Refere-se a dívidas com ex-sócios da E.Koga, contabilizada na rubrica de "outros passivos".

b) Remuneração do pessoal-chave da administração - Consolidado

O pessoal-chave da administração inclui os conselheiros, diretores e os membros do Comitê Executivo. A remuneração anual global dos administradores, incluindo os honorários dos membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Diretores, foi fixada em até R\$7.800 conforme aprovado em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 27 de abril de 2012. A remuneração paga durante os trimestres findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011 está demonstrada a seguir:

	30/09/2012	30/09/2011
Honorários e encargos da diretoria e conselheiros	1.527	2.026
Planos de aposentadoria e pensão (i)	37	58
Outros benefícios	253	345
	1.817	2.429

(i) Refere-se ao plano de contribuição definida mencionada na Nota Explicativa 2.7, sendo o valor aqui apresentado relativo apenas aos administradores, não incluindo os demais funcionários.

Os referidos gastos foram contabilizados na rubrica de despesas gerais e administrativas na demonstração de resultado.

18. Impostos sobre o lucro

A conciliação entre a despesa tributária e o resultado da multiplicação do lucro contábil pela alíquota fiscal brasileira nos períodos de nove meses findos em 30 de Setembro de 2012 e 2011 está descrita a seguir:

	Controladora			Consolidado
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(41.706)	(9.960)	(38.161)	(9.379)
Exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(7.587)	5.531	(20.464)	- (0.270)
Prejuízo após a exclusão do resultado da equivalência patrimonial	(49.293)	(4.429)	(38.161)	(9.379)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal de 34%	16.760	1.506	12.975	3.189
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Despesas não dedutíveis	(1.839)	(38)	(1.839)	(38)
Outros	1.948	3.828	2.188	1.564
	16.869	5.296	13.324	4.715
Imposto de renda e contribuição social - correntes	-	(1)	(3.545)	(4.793)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	17.928	5.297	17.928	9.508
Despesa de imposto de renda e contribuição social no resultado de exercício	17.928	5.296	14.383	4.715
Alíquota efetiva	-36,4%	-119,6%	-37,7%	-50,3%

O imposto de renda e a contribuição social são calculados conforme legislação e alíquota vigentes à data do balanço - alíquota de 25% para o imposto de renda e de 9% para contribuição social sobre o lucro. De acordo com as disposições da instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, são registrados contabilmente os créditos tributários diferidos sobre as diferenças temporárias, prejuízos fiscais e bases negativas.

a) Créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos

- (i) Tributos diferidos ativos: Os saldos dos tributos diferidos ativos são compostos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social e diferenças temporárias referentes a provisões, cujo imposto será realizado quando do desfecho das correspondentes provisões e também com base na previsão de lucratividade futura cuja compensação é suportada por projeções de lucros tributáveis, já aprovados, descontadas a valor presente, conforme disposições das Deliberações CVM nºs 237/98 e 271/02;
- (ii) Tributos diferidos passivos: A Companhia calcula tributos diferidos passivos sobre as reavaliações efetuadas e está transferindo este valor para o resultado à medida de sua realização por depreciação ou baixa dos bens.

A composição dos saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos em 30 de Setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 era a seguinte:

	Controladora			Consolidado
	30/09/2012	31/12/2011	30/09/2012	31/12/2011
Prejuízo fiscal de imposto de renda a compensar	28.695	17.742	28.695	17.742
Base negativa da contribuição social Diferenças temporárias		3.950	-	3.950
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	2.484	1.551	2.501	1.551
Provisões para contingências	1.742	1.298	1.806	1.298
Provisões de comissões sobre vendas	276	219	274	219
Provisões para PLR	489	746	508	746
Provisão para perdas em inventário	423	642	423	642
Provisão para perdas de imobilizado destinado a venda	1.317	1.322	1.318	1.322
Variação Cambial - Regime Competência	5.991	-	6.145	-
Outros	7.907	5.247	7.654	5.247
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos	49.324	32.717	49.324	32.717
Impostos diferidos sobre reavaliação de ativos	(16.156)	(16.351)	(16.156)	(16.351)
Outros	-	(262)	-	(262)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos passivos	(16.156)	(16.613)	(16.156)	(16.613)
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	33.168	16.104	33.168	16.104

A expectativa de realização do saldo ativo consolidado de imposto de renda e contribuição social diferidos encontra-se demonstrada a seguir:

		Consolidado
	30/09/2012	31/12/2011
2012	-	1.345
2013	419	3.077
2014	2.449	4.231
2015	4.813	6.402
2016	6.179	6.952
2017	7.588	7.902
2018	9.620	2.808
2019	10.839	-
2020	7.417	-
	49.324	32.717

As projeções de geração de resultados tributáveis futuros incluem várias estimativas referentes ao desempenho da economia brasileira e mundial, seleção de taxas de câmbio, volume de vendas, preços de vendas, alíquotas de impostos e outros que podem apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

Como a base tributável do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da estrutura tributária e societária da Companhia, da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, isenções e incentivos fiscais, e, diversas outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o resultado líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como indicativo único de lucros futuros da Companhia e suas controladas.

b) Regime Tributário de Transição

O Regime Tributário de Transição (RTT) terá vigência até a entrada em vigor de lei que discipline os efeitos fiscais dos novos métodos contábeis, buscando a neutralidade tributária.

O regime era optativo nos anos-calendário de 2008 e de 2009, respeitando-se: (i) aplicar ao biênio 2008-2009, não a um único ano-calendário; e (ii) manifestar a opção na Declaração de Informações Econômico-Financeiras da Pessoa Jurídica (DIPJ). A Companhia tem utilizado as prerrogativas definidas no RTT desde o exercício findo em 31/12/2008.

c) Subvenções governamentais

A Companhia através da sua controlada Mangels Componentes da Amazônia Ltda., localizada no Distrito Industrial, da cidade Manaus - AM, na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, goza do direito de redução do Imposto sobre a Renda e adicionais não-restituíveis de 75%, calculados com base no lucro da exploração.

Tal incentivo tem como fundamento legal o artigo 23 do Decreto-lei nº 756/ 69, Decreto nº 94.075, de 5/5/1987, Art. 3º da Lei nº 9.532, de 10/12/2007, com alterações introduzidas pelo Artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24/8/2001, com redação dada pelo Art. 32 da Lei nº 11.196, de 21/11/2005, e conforme o Art. 5º e Art.13 da Portaria nº 2.091-A, de 28/12/2007.

A redução do Imposto sobre a Renda, decorrente desse benefício, é contabilizada no resultado do exercício. Entretanto, ao final de cada exercício social, após a apuração do lucro líquido, o valor do incentivo fiscal é alocado à conta reserva para incentivos fiscais, no patrimônio líquido da controlada, como destinação parcial do lucro líquido apurado, cumprindo assim a disposição legal de não distribuir esse valor.

Em 30 de Setembro de 2012, foram apurados e reconhecidos R\$ 1.743 relativo à redução de imposto de renda (R\$ 2.506 em 30 de Setembro de 2011).

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 30 de Setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011, o capital social da Companhia está dividido em 17.349.638 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 6.201.730 ordinárias e 11.147.908 preferenciais.

As ações preferenciais não gozam de direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, todavia têm: prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia; direito ao recebimento de dividendo 10% maior do que o atribuído a cada ação ordinária e participação em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de ações bonificadas resultantes da capitalização de reservas, lucros, fundos ou correção monetária de qualquer natureza.

A posição acionária em 30 de Setembro de 2012 e 31 de dezembro de 2011 está demonstrada a seguir:

30 de Setembro de 2012

	Ações					
Acionista	Ordinár	ias	as Preferencias		Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A	6.197.018	99,92%	166	0,001%	6.197.184	35,72%
YUKON FUNDO DE INVEST AÇOES			3.146.600	28,23%	3.146.600	18,14%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,00%	1.935.700	17,36%	1.935.700	11,16%
BNDES PARTICIP S.A BNDESPAR	-	0,00%	1.453.568	13,04%	1.453.568	8,38%
JOSÉ ANTONIO BORTOLUZZO	-	0,00%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	3.411.874	30,61%	3.416.586	19,69%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

31 de dezembro de 2011

	Ações					
Acionista	Ordinár	ias	Preference	cias	Total	
	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.	Quantidade	Perc.
MANGELS S.A	6.197.018	99,92%	166	0,001%	6.197.184	35,72%
MAXIMA PART INSTITUCIONAL FIA	-	0,00%	2.260.000	20,27%	2.260.000	13,03%
FUNDO FATOR SINERGIA IV FIA	-	0,00%	1.983.000	17,79%	1.983.000	11,43%
BNDES PARTICIP S.A BNDESPAR	-	0,00%	1.972.168	17,69%	1.972.168	11,37%
JOSÉ ANTONIO BORTOLUZZO	-	0,00%	1.200.000	10,76%	1.200.000	6,92%
Outros	4.712	0,08%	3.732.574	33,48%	3.737.286	21,54%
Total	6.201.730	100,00%	11.147.908	100,00%	17.349.638	100,00%

b) Reserva de reavaliação

A reserva de reavaliação da Companhia é realizada com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens reavaliados e transferidos para prejuízos acumulados, considerando-se ainda os efeitos tributários das provisões constituídas.

20. Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos resultados básico e diluído por ação:

			30/09/2012
-	Ordinárias	Preferenciais	Total
	Controladores	Não Controladores	
Proveniente das operações continuadas	(9.459)	(17.003)	(26.462)
Proveniente das operações descontinuadas	581	1.044	1.625
Resultado atribuível aos acionistas	(8.878)	(15.959)	(24.837)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de			
operações continuadas - R\$	(1,53)	(1,53)	(1,53)
Resultado básico e diluído por lote de mil acões de	(1,00)	(1,00)	(1,00)
operações descontinuadas - R\$	0,09	0,09	0,09
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638
			30/09/2011
	Ordinárias	Preferenciais	Total
<u> </u>	Controladores	Não Controladores	
Proveniente das operações continuadas	(1.754)	(3.154)	(4.908)
Proveniente das operações descontinuadas	87	157	244
Resultado atribuível aos acionistas	(1.667)	(2.997)	(4.664)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de			
operações continuadas - R\$	(0,28)	(0,28)	(0,28)
Resultado básico e diluído por lote de mil ações de			
operações descontinuadas - R\$	0,01	0,01	0,01
Quantidade média das ações ponderadas no período	6.201.730	11.147.908	17.349.638

O resultado por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações preferenciais e ordinárias em circulação supondo a conversão de todas as ações preferências e ordinárias potenciais que provocariam diluição. A Companhia não apresenta ações potenciais que provocariam diluição.

21. Resultado financeiro líquido

21.1. Receitas Financeiras

	-	Controladora	Consolidado		
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	
Juros sobre aplicações financeiras	8.127	5.649	9.130	17.917	
Descontos Obtidos	99	-	99	118	
Outras Receitas	982	-	1.147	4.305	
	9.208	5.649	10.376	22.340	

21.2. Despesas Financeiras

		Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	
Tarifas Bancárias	(251)	-	(268)	(517)	
Juros sobre empréstimos	(26.199)	(7.316)	(27.070)	(27.517)	
Juros Passivos	(7.269)	-	(7.466)	(2.682)	
Outras Despesas	(3.766)	(163)	(4.549)	(9.629)	
·	(37.485)	(7.479)	(39.353)	(40.345)	

22. Despesas por Natureza

	Controladora			Consolidado	
•	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011	
Custos com mercadorias	241.118	22.939	276.926	314.572	
Outros custos	114.280	3.710	106.695	92.352	
Outras despesas e receitas	(1.503)	69	(3.089)	(1.975)	
Despesas com pessoal	103.330	6.721	105.982	108.364	
Depreciação e Amortização	19.051	1.020	20.204	18.642	
Despesa por natureza	476.276	34.459	506.718	531.956	
Custo das mercadorias vendidas	422.449	29.070	452.406	477.155	
Com vendas	20.594	2.438	21.121	22.744	
Gerais e administrativas	34.736	2.898	36.280	31.846	
Outras despesas/ receitas operacionais	(1.503)	53	(3.089)	211	
Despesas por função	476.276	34.459	506.718	531.956	

23. Receita líquida de vendas de bens e ou serviços

A seguir demonstramos a conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2012	30/09/2011	30/09/2012	30/09/2011
Receita Bruta Impostos e taxas sobre vendas,cancelamentos e devoluções	586.262 (138.452)	25.641 (7.096)	631.213 (140.678)	693.010 (160.072)
Receita Líquida de vendas de bens ou serviços	447.810	18.545	490.535	532.938

24. Informações por segmento

Para fins de administração, a Companhia é dividida em unidades de negócio, com base nos produtos e serviços, com três segmentos operacionais sujeitos a divulgação de informações:

- Aços: Instalada em São Bernardo do Campo (SP), a Divisão Aços é responsável pela produção de tiras relaminadas de aço de baixo, médio e alto teor de carbono para as mais diversas aplicações. Possui também, um Centro de Serviços de Aços (CSA), prestando serviços de decapagem, aplainamento e corte.
- Rodas: Situada em Três Corações (MG), a fábrica de rodas produz rodas de alumínio originais para montadoras de veículos;
- Cilindros: também situada em Três Corações, é responsável pela produção de cilindros para gás liquefeito de petróleo (GLP) e tanques de ar comprimido. A divisão possui o serviço de requalificação de cilindros para GLP, na própria planta de Três Corações mais cinco requalificadoras localizadas em Canoas (RS), Cabo de Santo Agostinho (PE), Goiânia (GO), Araucária (PR) e Paulínia (SP), além do centro de serviço de classificação de vasilhames vazios de GLP em Araucária (PR).
- Galvanização: A unidade de Galvanização era responsável pela fabricação e tratamento de defensas metálicas para rodovias, produção de pisos industriais, e oferecia serviços de galvanização a fogo de peças e estruturas de aço. Em 3 de Setembro de 2012 a unidade foi alienada, conforme demonstrado na nota explicativa nº 25.

A administração monitora separadamente os resultados operacionais das unidades de negócio, para poder tomar decisões sobre alocação de recursos e avaliar o desempenho.

O total de ativo por segmento reportável em 30 de Setembro de 2012 está apresentado a seguir:

				Galvanização - Operação		30/09/2012
	Aços	Rodas	Cilindros	Descontinuada	Outros	Total
Ativos por segmento	240.979	162.179	101.914	3.942	268.959	777.973
						31/12/2011
	Aços	Rodas	Cilindros	Galvanização	Outros	Total
Ativos por segmento	238.181	164.689	135.759	18.155	261.448	818.232

Unidade Aços

	30/09/2012	30/09/2011	Variação
Receita Bruta	209.403	293.458	-28,6%
Receita Líquida	161.799	218.732	-26,0%
Mercado Interno	156.254	211.030	-26,0%
Mercado Externo	5.545	7.702	-28,0%
CPV	(151.588)	(195.100)	-22,3%
Lucro Bruto	10.211	23.632	-56,8%
Margem Bruta	6,3%	10,8%	-4,5p.p.

Unidade Rodas

	30/09/2012	30/09/2011	Variação
Receita Bruta	265.639	238.585	11,3%
Receita Líquida	206.040	188.768	9,1%
Mercado Interno	186.258	169.325	10,0%
Mercado Externo	19.782	19.543	1,2%
CPV	(177.618)	(158.191)	12,3%
Lucro Bruto	28.422	30.577	-7,0%
Margem Bruta	13,8%	16,2%	-2,4p.p.

Unidade Cilindros

	30/09/2012	30/09/2011	Variação
Receita Bruta	156.170	161.008	-3,0%
Receita Líquida	122.696	125.401	-2,2%
Mercado Interno	118.795	124.345	-4,5%
Mercado Externo	3.901	1.093	256,9%
CPV	(103.480)	(102.539)	0,9%
Lucro Bruto	19.216	22.862	-15,9%
Margem Bruta	15,7%	18,2%	-2,5p.p.

Informações Geográficas:

Receitas de clientes no exterior

					Consolidado
_					30/09/2012
	AÇOS	RODAS	CILINDROS	GALVANIZAÇÃO	TOTAL
Receita Líquida	161.799	206.040	122.696	24.140	514.675
Mercado Interno	156.254	186.259	118.795	24.140	485.448
Mercado Externo	5.545	19.781	3.901	-	29.227
Ásia	2.119	-	-	-	2.119
Europa	601	-	-	-	601
América do Norte	665	8	-	-	673
América do Sul e Central	2.160	19.773	3.901	-	25.834

_					Consolidado
_					30/09/2011
_	AÇOS	RODAS	CILINDROS	GALVANIZAÇÃO	TOTAL
Receita Líquida	218.732	188.768	125.438	28.269	561.207
Mercado Interno	211.030	169.225	124.345	28.269	532.869
Mercado Externo	7.702	19.543	1.093	-	28.338
Ásia	1.188	-	-	-	1.188
Europa	2.129	-	-	-	2.129
América do Norte	33	-	-	-	33
América do Sul e Central	4.351	19.543	1.093	-	24.987

25. Operação Descontinuada – Unidade Galvanização

Conforme fato relevante divulgado em 03 de Setembro de 2012 a Empresa concluiu a alienação da Unidade Galvanização à Armco Staco S/A Indústria Metalúrgica. A operação é parte integrante de um conjunto de medidas que a Administração vem tomando desde 2011, no intuito de promover a capitalização da Empresa e contribuir para a otimização dos seus resultados.

São resumidos a seguir os principais ativos e passivos do negócio descontinuado:

(a) Ativos e passivos

	31/08/2012	31/12/2011
Ativo		
Estoques	3.201	2.199
Outros ativos	1.072	943
Imobilizado	5.596	5.186
	9.869	8.329
Passivo		
Outros passivos	663	623

(b) Demonstração do resultado de janeiro a setembro da operação descontinuada:

	01/01/2012	01/01/2011
	а	а
	30/09/2012	30/09/2011
Receita bruta de vendas	31.132	35.924
Impostos e deduções sobre vendas	(6.992)	(7.655)
Receita líquida das vendas	24.140	28.269
Custos e despesas	(24.569)	(28.025)
Resultado líquido com ganho de capital	2.055	
Resultado líquido da operação descontinuada	1.625	244

(c) Demonstração dos fluxo de caixa líquido da operação descontinuada de janeiro a agosto:

	01/01/2012	01/01/2011
	а	а
	30/09/2012	30/09/2011
Fluxos de caixa operacionais	337	4.249
Fluxos de caixa de investimento	(777)_	(1.775)
Fluxo de caixa total	(440)	2.474

Apresentamos a seguir o ganho de capital auferido no trimestre, resultante da alienação desta unidade:

(d) Ganho de Capital:	30/09/2012	
Valor da Venda	13.831	
(-) Custo dos Ativos Líquidos Baixados	(9.206)	
(-) Ativo Imobilizado	(5.596)	
(-) Estoques	(3.201)	
(-) Demais Ativos e Passivos	(409)	
(=) Ganho de Capital Bruto	4.625	
(-) Despesas incorridas na operação de descontinuidade	(1.511)	
(=) Resultado antes do IRPJ e CSLL	3.114	
(-) Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social	(1.059)	
(=) Ganho de Capital Líquido	2.055	

26. Mercado de capitais

Os papéis da Mangels são negociados substancialmente nos pregões realizados na BM&F/BOVESPA. Em 30 de Setembro de 2012, havia em circulação no mercado, 4.712 ações ordinárias e 3.382.374 ações preferenciais representando 19,52% do total de ações de emissão da Companhia, correspondendo a 0,08% das ações ordinárias e 30,34% das ações preferenciais.